

Projeto estratégico da criação dos Centros Nacional e Locais de Inteligência já mostra resultados efetivos em todo o país



O Centro Local de Inteligência da Justiça Federal no Pará (CLI/SJPA) emitiu, no dia 27 de março, a Nota Técnica nº 1, com recomendações para garantir maior rapidez no cumprimento de decisões judiciais que determinam ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a implantação de benefícios previdenciários para milhares de segurados com sentenças transitadas em julgado, ou seja, que não admitem mais recursos.

Em funcionamento desde novembro do ano passado, o CLI tem, entre seus objetivos, monitorar demandas judiciais repetitivas ou de massa, acompanhar os temas que apresentam maior número de controvérsias, além de propor medidas preventivas e projetos de soluções alternativas de conflitos para resolver litígios com maior rapidez.

A nota técnica, que teve como relator o Juiz Federal Caio Castagne Marinho, é resultado do I Encontro do CLI, ocorrido em 17 de janeiro deste ano. No evento, magistrados e servidores da 1ª, 2ª, 5ª,

8ª, 10ª e 11ª Varas, das Subseções, e da 2ª Turma Recursal do Pará e Amapá, além de representantes da Defensoria Pública da União (DPU), da Agência da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais (APSADJ), da Advocacia Geral da União (AGU), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA), do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), do Núcleo Previdenciário (Nuprev) e da Procuradoria Federal, discutiram questões relacionadas ao descumprimento de decisões judiciais referentes a ações previdenciárias.

O documento menciona que, de acordo com informações fornecidas pela APSADJ, com sede em Belém, até o dia 17 de janeiro deste ano existiam cerca de 3.867 processos pendentes de implantação, ou

seja, sem cumprimento das sentenças proferidas. Desse número, 2.900 casos estariam relacionados à Gerência Executiva de Belém, enquanto 967 diriam respeito à Gerência Executiva de Santarém.

A Nota Técnica 01/2019 recomenda que a intimação das decisões/sentenças seja destinada, exclusivamente, à Procuradoria Federal, sem prejuízo de cada unidade (varas federais ou Turmas Recursais) manter contato direto, de natureza não processual, com a APSADJ através de e-mail, whatsapp ou telefone. “De todo modo, recomenda-se que a Procuradoria Federal continue aprimorando a comunicação com a APSADJ, de forma a garantir, sobretudo, a funcionalidade do sistema interno utilizado pelos órgãos”, acrescenta o documento.

Recomenda-se, ainda, que seja padronizado o prazo para implantação dos benefícios em período não inferior a 30 dias, “resguardando-se a autonomia do magistrado em fixar prazo menor, sempre que entender necessário a atuação imediata do INSS”.

Vale lembrar que no dia 14/03, o JFH noticiou a novidade do Centro Local de Inteligência chegando a Seção Judiciária da Bahia, por meio da Portaria DIREF/BA n. 6902087, de 24.10.2018.

Fonte: CJF

Audiência debaterá aperfeiçoamento dos critérios de seleção para juízes

Qual é o perfil de juiz que a sociedade brasileira e o Poder Judiciário necessitam? Essa será a questão central que estará em debate em audiência pública que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizará em maio, em Brasília.

“O objetivo da audiência pública é a Resolução CNJ n. 75/2009 e a importância de se estabelecer critérios de seleção dos juízes para a magistratura nacional”, informa o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Veiga, um dos conselheiros do CNJ que estão tratando da organização do evento.

A audiência pública reunirá especialistas em direito e representantes de escolas e associações da magistratura em um debate que considerará as possibilidades de aprimoramento da norma editada pelo CNJ.

Instituída em 2009, a resolução dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, definindo, entre outros temas, as condições de abertura e as etapas do concurso, as

características das provas e os critérios de classificação de candidatos.

O que se buscará é aperfeiçoar a resolução de forma que o concurso seja capaz de selecionar profissionais do direito vocacionados para a carreira de juiz e para a prestação de serviços jurisdicionais à sociedade e, não apenas, selecionar indivíduos que foram bem orientados por cursinhos especializados em concursos públicos ou bem treinados em técnicas de coaching.

“Qual é o perfil do juiz que a sociedade quer e precisa? Qual é o juiz que os tribunais querem? Quais são as competências que devemos buscar? Essas são questões que iremos tratar”, explica o ministro Aloysio Corrêa.

A organização da audiência pública está sendo feita pela Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, que definiu a data do evento para 22 de maio. Nas próximas semanas será definida a programação, bem como as entidades da magistratura e profissionais do direito que irão participar dos debates.

Fonte: CNJ

Palestra ressalta importância da coleta seletiva solidária



Em março de 2019, mais de 30 terceirizados da Seção Judiciária da Bahia assistiram a uma palestra sobre coleta seletiva solidária, realizada no Auditório Ministro Dias Trindade da Seccional.

A palestra foi proferida pelo assessor técnico da Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava - CAEC, Robson Cruz, que discorreu sobre o impacto ambiental e social provocado pela geração do lixo, abordando também a vida dos catadores antes e depois do fim do lixão de Canabrava e a importância da educação ambiental.

Conforme notícia veiculada pelo jornal A Tarde, em 14 de abril, atualmente, 800 mil pessoas trabalham como catadores no Brasil, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Na Bahia, 23 cooperativas reúnem esses trabalhadores.

A Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê o incentivo ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Mas essa é uma realidade distante em boa parte dos municípios brasileiros. Na Bahia, o maior desafio do Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo (Ceama), do Ministério Público da Bahia (MP-BA), é fazer com que os municípios contratem cooperativas de catadores.

Por meio da separação dos resíduos sólidos, muitos materiais que poderiam ainda ser reutilizados e reciclados ganham nova destinação, ao invés de serem simplesmente descartados, o que gera menos desperdício. Além disso, a coleta ajuda a movimentar a economia ao gerar emprego e renda para os catadores e por meio das empresas que fazem reciclagem.

Ao fim da palestra, Robson deu orientações sobre o que é ou não reciclável e como pode ser feita a separação dos resíduos.

Com informações do A Tarde

Aniversariantes

Hoje: Everton Oliveira Silva (Turma Recursal), Edson Barbosa (Tectenge) e Samuel Queiroz de Oliveira (VIPAC). **Amanhã:** Elisonete Souza dos Santos (12ª Vara), Samia de Souza Lopes (Ilhéus), Patrícia Souza Santos (Vitória da Conquista), Carlos Alberto Rosa Moreira (Feira de Santana), Luciana Borges Silva Messias (Itabuna) e Helena Victoria Barros Mattos (Feira de Santana). **Domingo:** Juíza federal Marla Consuelo Santos Marinho (3ª Turma Recursal), Vera Maria Barros Pereira (NUCJU), Alexandre Silva Rigaud de Amorim (2ª Vara), Keila Soares Maia (Feira de Santana) e Itamira Silva B. de Freitas (Mega Service). **Segunda-feira:** Luciana Fonseca de Freitas (Turma Recursal), Kizz de Brito Barretto (Feira de Santana), Karol Barfati Câmara de Aquino Kanzaki (4ª Vara), Lélío Furtado Ferreira (Ilhéus) e Fábio de Sousa Muniz (VIPAC).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.